

MAPEAMENTO DE PROJETOS DE EXTENSÃO COM E PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CIDADE UNIVERSITÁRIA DE MACAÉ - RJ

a permanência da falta de inclusão e acessibilidade

MAPPING OF EXTENSION PROJECTS WITH AND TOWARDS PEOPLE WITH
DISABILITIES AT THE CIDADE UNIVERSITÁRIA OF MACAÉ - RJ

the permanence of the lack of inclusion and accessibility

Amanda de Miranda Valente¹
Davi Gomes da Cunha Souza²

Lúcia Souza d'Aquino³
Maria Luísa da Silva Andrade⁴

RESUMO

À vista das históricas barreiras sociais enfrentadas pelas pessoas com deficiência para o ingresso e a permanência no ensino superior, é evidente a imprescindibilidade da concepção de medidas voltadas à inclusão e acessibilidade para essa parcela social. Por conseguinte, os projetos de extensão compreendem um mecanismo essencial para o estímulo do acolhimento e do desenvolvimento educacional e profissional dos estudantes com deficiência. Sob essa perspectiva, mediante o mapeamento de projetos de extensão voltados às pessoas com deficiência ativos na Cidade Universitária de Macaé - RJ, o presente artigo busca salientar a importância do estabelecimento de diálogos entre a universidade e a população em geral. Nesse sentido, a abordagem metodológica aplicada consiste em uma pesquisa exploratória quali-quantitativa, apoiando-se na combinação entre fundamentos jurídico-teóricos, dados estatísticos e entrevistas realizadas com extensionistas com deficiência. Da análise deste material, constata-se que, embora haja um certo número de ações extensionistas direcionadas às pessoas com deficiência na UFF, ainda existem diversos obstáculos para a verdadeira inclusão dessas.

Palavras-chave: Acessibilidade; Extensão; Inclusão; Pessoas com deficiência; Projetos de extensão.

ABSTRACT

In view of the historical social barriers faced by people with disabilities to enter and remain in higher education, it is evident that it is essential to design measures aimed at the inclusion and accessibility for this social group. Consequently, extension projects are an essential mechanism to stimulate the reception and both the educational and professional development of students with disabilities.

1 Universidade Federal Fluminense (UFF) - Macaé, RJ, Brasil
Graduanda em Direito pela UFF
E-mail: amandamv@id.uff.br

2 Universidade Federal Fluminense (UFF) - Macaé, RJ, Brasil
Graduando em Direito pela UFF

3 Universidade Federal Fluminense (UFF) - Macaé, RJ, Brasil
Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande
do Sul (UFRGS) - Porto Alegre, RS, Brasil

4 Universidade Federal Fluminense (UFF) - Macaé, RJ, Brasil
Graduanda em Direito pela UFF

In this perspective, through the mapping of active extension projects aimed at people with disabilities at the Cidade Universitária of Macaé - RJ, this academic paper seeks to highlight the importance of establishing dialogues between the university and the population in general. For such, the applied methodological approach consists of a mixed methods research, based on the combination of legal-theoretical foundations, statistical data and interviews with disabled extensionists. Upon analyzing this material, it is found that, although there are a number of extension actions aimed at people with disabilities, there are still several obstacles to their true inclusion.

Keywords: Accessibility; Extension; Inclusion; People with disabilities; Extension projects.

INTRODUÇÃO

Considerando que a extensão, em uma de suas dimensões, compreende a difusão do conhecimento acadêmico para além do espaço universitário, é notória a sua importância no que diz respeito à socialização e aos desenvolvimentos educacional e profissional. Assevera, ainda, que as universidades detêm responsabilidades sociais, pois são locais de concepção de conhecimentos e técnicas que afetam diretamente o cotidiano da comunidade. Por tais razões, denota-se que é fundamental a promoção do acesso à universidade por grupos sociais distintos, dada a pluralidade da sociedade brasileira. Somado a isso, entende-se que, no contexto próprio de um Estado Democrático de Direito, “[...] os vencidos no processo político, assim como os segmentos minoritários em geral, não estão desamparados e entregues à própria sorte. Justamente ao contrário, conservam a sua condição de membros igualmente dignos de direito” (Barroso, 2022, p. 484).

Assim, foca-se nas pessoas com deficiência (PcD), as quais vivenciam dificuldades não somente no ingresso, mas também na per-

manência e eventual conclusão do ensino superior (Inep, 2022). Por oportuno, é indispensável salientar a urgência da inclusão das pessoas com deficiência ao “tripé universitário” – ensino, pesquisa e extensão –, uma vez que estas enfrentam múltiplas barreiras sociais (Sasaki, 2009).

As ações extensionistas consistem em um mecanismo de inclusão no ambiente universitário, porque se demonstram responsáveis pelo incentivo à sociabilização mediante as pesquisas e atividades propostas, o que faz ser essencial a presença das PcD na formação e organização desde a sua fase de planejamento até a sua execução. Dessarte, como os projetos de extensão são ferramentas que interligam a universidade com a sociedade em geral, essa inclusão se torna extremamente necessária, haja vista a relevância do acolhimento e da diminuição do preconceito para com esse grupo específico, nos âmbitos de pesquisa, ensino e extensão. Sendo assim, em razão de esta ser uma pesquisa aplicada, foi visada a constituição de soluções para a tentativa de mitigação dos estigmas e obstáculos estruturais aludidos.

2. METODOLOGIA

Tendo como motivação os baixos quantitativos de PcD nos *campi* universitários do interior do estado do Rio de Janeiro (Brasil, 2024), o presente artigo utiliza como objeto de pesquisa a Cidade Universitária de Macaé – RJ, com a preocupação de examinar se a educação inclusiva, que representa um princípio norteador da política institucional das universidades brasileiras (Anache; Cavalcante, 2018, p. 123), encontra-se no âmago de suas ações extensionistas. Vale caracterizar que se pretendia adotar a abordagem metodológica qualiquantitativa, visto que são conjugados embasamento jurídico-teórico e dados estatísticos, afora a realização de entrevistas por meio de questionários elaborados com o auxílio da plataforma Google Formulários, com o objetivo de coletar informações de projetos de extensão ativos voltados às PcD e relatos de experiência de extensionistas com deficiência. Junto a isso, a fim de identificar as ações extensionistas, os pesquisadores desta produção intelectual entrariam em contato por vias presencial e eletrônica com as coordenadores dos projetos identificados.

A partir dos tópicos desenvolvidos e dos referenciais teóricos selecionados, seriam elaboradas entrevistas, por intermédio de um questionário⁵ padronizado e divulgado em grupos universitários das instituições de ensino superior analisadas, assim como nas redes sociais vinculadas à UFF de Macaé e aos perfis dos autores, com a finalidade de coletar relatos de experiências de estudantes com deficiência, os quais fazem ou fizeram parte de algum projeto de extensão presente na localidade investigada. Dessa maneira, consoante com a Teoria do Ponto de Vista (Harding, 2004), seriam selecionados os relatos mais especificados e que abordassem

perspectivas distintas a respeito da inclusão e da acessibilidade em ações extensionistas em andamento.

Impende abordar, no entanto, a dificuldade existente em mapear projetos de extensão associados a tópicos inclusivos e de acessibilidade, bem como em encontrar estudantes com deficiência na Cidade Universitária de Macaé dispostos a participar dos diálogos propostos pelos autores. Apesar da realização de abordagens alternativas, como a interpelação direta e presencial, ainda assim houve pouca aderência à coleta de dados, sendo utilizados como forma suplementar o Censo da Educação Superior de 2022 e as estatísticas fornecidas pela Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SAI) da UFF. Dessa forma, deixou-se de utilizar uma abordagem quantitativa, já que o número de respondentes foi muito baixo para a sua utilização estatística, o que não deixa de ser um resultado relevante, e que comprova a necessidade urgente de se repensar o acesso das PcD à universidade.

3. O CONCEITO E A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES

É imprescindível, em primeiro lugar, referenciar a terminologia “tripé universitário”, a qual consiste em um preceito constitucional concernente à articulação de ensino, pesquisa e extensão para a concepção de uma formação acadêmica socialmente consciente. Logo, esse tripé é explicitamente previsto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988: “As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988).

Nesse contexto, cabe conceituar, especifica-

⁵ A íntegra do questionário se encontra no apêndice.

mente, o que vem a ser a extensão universitária⁶. Tal termo compreende a troca de saberes entre a universidade e a comunidade, em que há a interação de conhecimentos científicos e populares com a realidade social (UFF, s.d.). Ademais, os projetos de extensão funcionam justamente como atores práticos da extensão no corpo social, visando ao desenvolvimento acadêmico dos graduandos e, simultaneamente, à criação de soluções para as demandas locais.

Em paralelo, deve-se ressaltar que a extensão constitui, ainda, uma forma de familiarizar a população externa com o ambiente acadêmico. Nesse sentido, a sua importância se dá pelo fato de os discentes e a coletividade serem capazes de compartilhar vivências e percepções, como também elucidarem problemáticas para a construção de uma sociedade mais plural. Arelado a isso, afirma-se que a academia e a universidade alcançam uma linguagem tanto científica quanto social, visto designarem um “[...] espaço de produção e difusão de saber, contribuindo, substancialmente, para o desenvolvimento: científico, social, político, económico [sic] e cultural” (Ribeiro; Magalhães, 2014, p. 144).

4. AS BARREIRAS SOCIAIS ENFRENTADAS PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Em outra seara, é válido questionar a falta de representação de certos grupos sociais no âmbito universitário. Em específico, verifica-se que as pessoas com deficiência cons-

tituem uma minoria social que enfrenta inúmeras barreiras sociais em relação ao ingresso e à permanência, e, conseqüentemente, à conclusão do ensino superior. Em consonância com o artigo 2º da Lei n.º 13.146 de 2015, afamada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI/2015), a deficiência é definida como o “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015).

Sob essa conjuntura, no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência, Sasaki (2009) aponta seis diferentes barreiras sociais: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática⁷. O empecilho atitudinal refere-se aos comportamentos preconceituosos que objetivam impedir a integral atuação das PcD no coletivo. De igual forma, o obstáculo arquitetônico faz menção aos bloqueios físicos presentes nos espaços público e privado, os quais culminam no impedimento de acesso aos locais. Já a barreira comunicacional tange à inacessibilidade dos meios de comunicação, como a carência de textos em braile e intérpretes da língua brasileira de sinais (Libras)⁸. Em seguida, apresenta-se o entrave instrumental, o qual corresponde a ferramentas cujo efetivo manuseio é impossibilitado. A metodológica se assemelha à falta de flexibilidade dos processos de ensino, sendo traduzida em uma educação excludente. Por fim, a programática simboliza a promulgação

permanente com o ensino e a pesquisa”.

⁷ Complementarmente, a LBI, nas alíneas de “a” a “f” do inciso IV de seu artigo 3º, pontua outras barreiras, tais como as urbanísticas, nos transportes e as tecnológicas (Brasil, 2015).

⁸ A Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão dos surdos no país por meio da Lei n.º 10.436 de 2002.

⁶ A extensão universitária é regulamentada pela Resolução n.º 7 de 2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que a define como “a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação

de políticas públicas destinadas somente às pessoas sem deficiência (Almeida, 2019).

A manutenção dessas barreiras pelas instituições – sejam públicas, sejam privadas – pode integrar, ainda, formas de “violência simbólica”, termo este concebido por Pierre Bourdieu (1970). Conforme o seu ideal, essa expressão representa

uma violência “invisível”, adotada por meios genuinamente simbólicos de comunicação e conhecimento, que se constitui em um vínculo de subjugação-submissão e que resulta de uma dominação, da qual o dominado é cúmplice, dado o estado natural em que a realidade se apresenta (Bourdieu, 1970, *apud* Silva; Oliveira, 2017, p. 161).

Delineia-se, assim, que as instituições de

ensino superior também não estão isentas de manifestarem as barreiras sociais detalhadas acima, uma vez que, conforme o Censo da Educação Superior de 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as pessoas com deficiência equivalem a apenas 0,8% do número total de matrículas em cursos de graduação. Paralelamente, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Pessoas com Deficiência 2022, efetivada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é constatado que a proporção de pessoas com deficiência com nível superior é de 7,0%, diante do quantitativo de 18,6 milhões de PcD no país.

Tabela 1. Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – Brasil 2012-2022

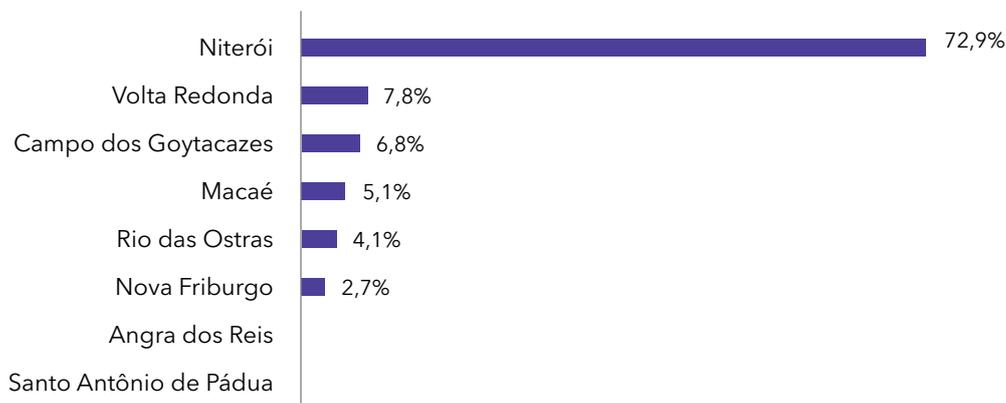
Ano	Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação	Percentual em relação ao total de matrículas em cursos de graduação
2012	26.483	0,4%
2013	29.034	0,4%
2014	33.377	0,4%
2015	37.927	0,5%
2016	35.891	0,4%
2017	38.272	0,5%
2018	43.633	0,5%
2019	48.520	0,6%
2020	55.829	0,6%
2021	63.404	0,7%
2022	79.262	0,8%

Fonte: MEC/INEP - Censo da Educação Superior, 2022.

A título de exemplo, focalizando na Universidade Federal Fluminense, pode-se averiguar que o quantitativo de alunos com deficiência se concentra no município de Niterói, onde a instituição possui seu maior número de *campi*, conforme os dados dispo-

nibilizados pela sua Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SAI). Inversamente, nos *campi* localizados no interior fluminense, como o de Macaé, verifica-se que o número de estudantes com deficiência é desproporcionalmente inferior.

Gráfico 1. Alunos PCD por cidades - UFF



Fonte: Secretaria de Acessibilidade e Inclusão - SAI/UFF, 2024. Não foram localizados dados disponíveis na fonte sobre o município de Petrópolis.

Diante disso, é presumível que, quanto mais alto o nível de ensino, mais baixo é o número de pessoas com deficiência no meio (Inep, 2022). Acredita-se que esse fato, por intermédio dos dados adquiridos nesta pesquisa, pode ser explicado pela falta de incentivo e oportunidades, preconceito, espaço, infraestrutura e informação. Portanto, pautando-se nas estatísticas supramencionadas, resta incontroverso que, tal como na sociedade em geral, os obstáculos no ambiente universitário ainda são múltiplos. Por esse motivo, é notória a imprescindibilidade de meios para o fomento de ações voltadas à acessibilidade e inclusão, o que torna “[...] necessário avançar na construção de políticas institucionais que superem as barreiras burocráticas e criem estratégias educacionais no interior dos cursos de graduação na perspectiva da inclusão” (Anache; Cavalcante, 2018, p. 116).

4.1. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS UNIVERSIDADES EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Conforme declarou o sociólogo francês Edgar Morin (2018), é preciso sempre mobilizar-se por uma comunidade. Nessa esteira, o artigo 27 da Lei Brasileira de Inclusão aponta como “dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (Brasil, 2015).

Contraditoriamente, a universidade, quando não preocupada com a inclusão da PcD, termina por violar o direito constitucional à educação⁹ de não apenas um indivíduo, mas sim de toda a coletividade com deficiência. Não obstante, entende-se que o papel da instituição de ensino superior é proporcionar a entrada e a permanência de qualquer sujei-

⁹ Vide os artigos 205 e 206 da CRFB/88.

to, independentemente do fato de ser pessoa com deficiência ou não. Assim, uma universidade socialmente responsável é a que “presta atenção para as dificuldades da comunidade e propõe soluções, discussões, intervenções que possam contribuir para superação desses problemas” (Bolan; Motta, 2015 *apud* Lima; Neto; Pompeu, 2020).

Ante o exposto, incumbe destacar que as ações extensionistas representam a materialização da responsabilidade social das instituições de ensino superior no que toca à mitigação de disparidades estruturais, as quais impactam diretamente os grupos vulneráveis, como, nesse caso, as pessoas com deficiência. Tudo isso, objetivando-se um “melhor entendimento sobre a necessidade de preparar um mundo que contemple a diversidade através da inclusão social e seja acessível a todos” (Oliveira; Resende, 2017, p. 296).

5. A FALTA DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS PROJETOS DE EXTENSÃO

As ações extensionistas, quando comprometidas com a efetiva inclusão de pessoas com deficiência internas e externas à universidade, possibilitam que esse público encarar o ensino superior como uma possibilidade mais tangível. Todavia, tem-se enfrentado uma realidade diversa da desejada, na qual as ações extensionistas, mesmo aquelas que abordam o tema, dificultam a entrada e a permanência desse grupo perante as condições expostas no desenvolvimento das ações. Além disso, é pertinente realçar que não é pelo fato de um sujeito ser pessoa com deficiência que ele necessariamente precisa estar limitado a tratar dessa temática, mas sim que possa discursar a respeito de outros assuntos de seu maior interesse pessoal.

Primeiramente, deve-se abordar que, em re-

lação aos projetos de extensão que não são voltados exclusivamente às PcD, é perceptível a difícil inserção dessa categoria, devido, sobretudo, à pouca acessibilidade que normalmente proporcionam. Nessa direção, é válido enfatizar, ainda, que na maioria das vezes se apresentam barreiras comunicacionais, instrumentais e arquitetônicas (Sasaki, 2009), as quais impedem a continuidade da participação por parte dessa coletividade, independente da aprovação em processos seletivos.

De igual forma, pode-se visualizar que, até mesmo nos projetos de extensão com temáticas inclusivas, o acesso desse público-alvo também é dificultado, tanto na condição de extensionistas quanto na de beneficiários. Por conseguinte, é evidente a carência de um posicionamento próprio na organização desses projetos sob a visão de alguém com deficiência, visto que os indivíduos sem deficiência possuem certas limitações no que concerne ao entendimento e atendimento às necessidades e desafios das PcD.

De acordo com o ideal aristotélico (Aristóteles, 2018), reforçado por Rui Barbosa (1997), os iguais devem ser tratados igualmente, enquanto os desiguais desigualmente, na medida de suas desigualdades. Corroborando com esse pensamento, o princípio constitucional da igualdade - explicitado no *caput* do artigo 5º da CRFB/88 - faz alusão à importância da concepção de medidas compensatórias para o alcance de uma igualdade material, em que há um efetivo posicionamento do Estado perante uma disparidade.

Importando o conceito de “hipervulnerável”, entende-se que as minorias sociais, destacando-se as pessoas com deficiência, são classificadas como tal quando observam as suas vulnerabilidades sendo potencializadas conforme os interesses de determinado grupo dominante (Marques; Miragem, 2014, p. 85).

Daí, no expressivo dizer desta jurisprudência, “ao Estado Social importam não apenas os vulneráveis, mas sobretudo os hipervulneráveis [...]” (Brasil, 2009), posto que, justamente por serem minoritárias, as PcD não devem estar necessariamente em posições subalternas na hierarquia social.

E, como prelecionado, no mesmo sentido há as ações extensionistas para com as PcD, no tocante à promoção de um tratamento igualitário não meramente formal, mas sim na constituição da equidade no ambiente acadêmico, sem a potencialização de suas vulnerabilidades. Para tanto, resta indubitável que, para a verdadeira inclusão de pessoas com deficiência na extensão universitária, é fulcral a presença dessas não somente como extensionistas – sejam voluntárias, sejam bolsistas – ou como beneficiárias, mas também na comissão organizadora e no centro de planejamento, os quais “devem também concordar com a crença de que nada sobre elas está sendo feito sem a participação delas” (Sasaki, 2007, p. 2, grifo do autor).

6. POR QUE AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DEVEM INCLUIR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

Rememorando a importância da extensão universitária para a construção de diálogos entre a academia e a coletividade, as ações extensionistas contribuem para a divulgação de conhecimento técnico-científico ao grande público. Como efeito, os projetos de extensão podem ser figuras basilares para a desmistificação de estigmas e estereótipos¹⁰ negativos perpetuados no imaginário social

a respeito das pessoas com deficiência. Assim como qualquer cidadão, os indivíduos com deficiência possuem a habilitação de todos os atos da vida civil¹¹, e, para que isso seja plenamente cumprido, é dever de todos garantir a acessibilidade.

Dessa forma, a extensão universitária possibilita que os graduandos com deficiência desenvolvam as suas habilidades interpessoais e os conhecimentos obtidos durante a graduação. Sincronicamente, as pessoas sem deficiência podem não somente aprimorar o exercício da alteridade, mas também aumentar o seu arsenal de informações acerca das perspectivas das PcD. Afinal, como afirmado pela Teoria do Ponto de Vista (Harding, 2004), “esse olhar incompleto não apenas nos impede de dar conta da opressão de uma série de sujeitos em posição desprivilegiada, ele também nos cega para a complexidade da matriz de opressão em seu conjunto, não nos deixa ver as relações intrínsecas entre os projetos de dominação” (Miñoso, 2020, p. 109). Semelhantemente, pode-se conectar essa tese com o lema “nada sobre nós, sem nós”¹², o qual ascendeu e foi adotado com intensidade no processo de criação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007 – promulgada pelo Brasil mediante o Decreto n.º 6.949 de 2009 –, e é traduzido no significado de “uma reivindicação e uma luta daqueles que sabem o que é melhor para si e para a sua comunidade” (Rodrigues, 2023).

Em concomitância com a frase da ativista Vernã Myers, que afirma que “diversidade é convidar para a festa, inclusão é chamar para dançar” (*Diversity...*, 2015), pode-se correla-

¹⁰ O jornalista norte-americano Walter Lippmann (2008) definiu o estereótipo como generalizações perigosas e irracionais que justificam comportamentos discriminatórios.

¹¹ Vide os artigos 6º e 84 da LBI/2015, que resultaram na alteração do capítulo referente à personalidade e

capacidade do Código Civil de 2002, sendo considerados como absolutamente incapazes apenas os menores de 16 (dezesseis) anos.

¹² Na língua inglesa, “nothing about us without us”.

cionar a universidade com a festa, onde as pessoas com deficiência não deixam de ter a sua entrada garantida¹³. Entretanto, frequentemente, não são incluídas, o que faz os projetos de extensão se tornarem agentes cruciais para isso, já que podem agregar à formação dos extensionistas como um todo, apresentando novas perspectivas por meio de uma pluralidade social.

7. OS PROJETOS DE EXTENSÃO ATIVOS DIRECIONADOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CIDADE UNIVERSITÁRIA DE MACAÉ

A Cidade Universitária de Macaé compreende um complexo de instituições de ensino: a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Faculdade Municipal Miguel Ângelo da Silva Santos (FeMASS), além do Colégio de Aplicação (CAp), da Prefeitura de Macaé. Mapeando-se os projetos de extensão inclusivos nas referidas instituições de ensino superior, dentre um total de 126 projetos ativos detectados, pode-se encontrar apenas dois: “Programa Direito do Futuro: cidadania, carreira e solução de conflitos” e “Promoção da Saúde à Pessoa com Deficiência: ações educativas para as atividades da vida diária”. Nesse cenário examinado, nota-se, pois, que as ações extensionistas ativas voltadas aos temas de acessibilidade e inclusão, quando comparadas ao número total amplo, correspondem a apenas cerca de 1,59%.

7.1. PROGRAMA DIREITO DO FUTURO: CIDADANIA, CARREIRA E SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Atualmente, este programa de extensão, fun-

dado no ano de 2020, é coordenado pela professora e doutora Fabianne Manhães Maciel e está vinculado ao Departamento de Direito de Macaé (MDI) da UFF, o qual se situa no *campus* do Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé (ICM). Ao conjugar os projetos “Cidadania Ativa” e “Direito do Futuro”, o programa visa ampliar o debate acerca de temas relacionados às políticas públicas e à solução de conflitos, sob uma perspectiva das carreiras jurídicas e das exigências atuais.

Referente ao projeto de extensão “Cidadania Ativa”, esse surgiu como um instrumento necessário para a contribuição na formação e na efetivação de uma cidadania participativa, com enfoque nos grupos vulneráveis, alternando a cada ano a parcela social a ser estudada. Destaca-se com propriedade que a troca de experiência entre profissionais e estudantes costuma ser fomentada por meio de seminários *online* e oficinas, os quais são divulgados na página do Instagram do projeto¹⁴.

Durante o ano de 2023, a referida ação extensionista abordou temáticas envolvendo a comunidade com deficiência, pautando-se no ideal de que a educação não se limita à reprodução de conhecimento, mas na produção de experiências significativas que preparem para a vida social e a efetiva participação cidadã. Frisa-se também que, nesse mesmo ano, a ação em questão contou com a participação de uma graduanda com deficiência, a qual, mediante o relato de suas próprias vivências, corroborou para o aprofundamento das discussões levantadas.

Por fim, mostram-se de grande importância aos graduandos as atividades voltadas à conscientização e à aplicabilidade de direitos, as

¹³ Vide a Lei n.º 12.711 de 2012, conhecida popularmente como Lei de Cotas, em que é assegurada uma reserva de vagas para o ingresso de pessoas com deficiência no ensino superior.

¹⁴ No Instagram, o perfil do projeto de extensão pode ser encontrado como @projetocidadaniaativa.

quais propiciam um reforço para a formação acadêmica desses e a ampliação da efetividade da cidadania à comunidade como um todo. À vista disso, vale ressaltar que a democratização do ensino jurídico pela extensão universitária é um meio de garantir autonomia à população com deficiência e proteção aos seus direitos.

7.2. PROMOÇÃO DA SAÚDE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA: AÇÕES EDUCATIVAS PARA AS ATIVIDADES DA VIDA DIÁRIA

Surgido no segundo semestre do ano de 2018, por meio do Grupo de Pesquisa em Reabilitação e Inclusão Social, este projeto de extensão é coordenado pelo professor e doutor Hércules Rigoni Bossato e está vinculado ao Instituto de Enfermagem do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé. Contudo, o projeto está em fase de transição de coordenação para a professora e doutora Andressa Ambrosino Pinto, devido à mudança de lotação do professor Hércules para a Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN-UFRJ).

Este projeto tem como objetivo geral elaborar espaços de trocas de saberes para as ações educativas nas atividades de vida diária da pessoa com deficiência. Por meio da educação em saúde nas estratégias de saúde da família e na produção de mídias digitais, estimula o compartilhamento de saberes acerca das atividades de vida diária (AVDs) da PcD para a sociedade. Dessa forma, o projeto busca construir materiais educativos sobre ações de promoção da saúde para a pessoa com deficiência, promovendo, assim, trocas sociais entre a universidade e a comunidade com deficiência, além de realizar ações educativas e de vivência na rede assistencial e social da PcD.

Para a realização do projeto, com base em discussões e reuniões internas estabelecidas entre os extensionistas, são utilizadas algumas ferramentas voltadas à produção de conteúdo por meio de mídias sociais, como Instagram, Facebook e Youtube¹⁵, com o intuito de propagar a defesa de acesso à saúde direcionada às PcD. Nas postagens do Instagram, há a criação das publicações faladas, em que se utiliza o aplicativo Voz do Narrador, o qual é gratuito e se encontra disponível para Android e iOS. Para a construção de versões em Libras do conteúdo, é utilizado o aplicativo Hand Talk, também disponível para Android e iOS. Além destes, na expectativa de ampliar o alcance dos conteúdos, *hashtags* como a “#pracegover” passaram a ser empregadas recorrentemente. Contudo, no presente momento não há estudantes com deficiência que integram o projeto.

8. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Levando-se em conta as entrevistas empreendidas, é mister discorrer a respeito de cada resposta emitida pelas pessoas participantes. Sendo assim, a primeira entrevista foi realizada com uma estudante de engenharia da UFRJ-Macaé que integra os projetos de extensão que não são direcionados particularmente às pessoas com deficiência. Ademais, ela também é membro da Comissão Permanente UFRJ-Macaé Acessível e Inclusiva (CPAI), a qual não compreende propriamente um projeto de extensão. Já na segunda entrevista, a pessoa respondente optou pelo anonimato total e frequenta um dos cursos de ensino superior ofertados pela Cidade Universitária de Macaé - RJ.

Por meio dos resultados obtidos, pode-se dis-

15 O projeto de extensão possui perfis nas seguintes redes sociais e endereços: no Instagram, @geprisufrj; na página do Facebook, Gepris UFRJ Macaé; e no canal do YouTube, GEPRIS UFRJ-Macaé.

cutir que alguns projetos de extensão, preocuparam-se mais em garantir a inserção das PcD em relação ao outro projeto não nomeado pela segunda pessoa entrevistada. Pertinente a isso, a ação extensionista mencionada na última entrevista apresentou aspectos falhos e, conseqüentemente, não levou em conta que “a Extensão deve preparar os estudantes para uma participação cidadã na sociedade, que considere a diferença humana e o respeito a essa diferença, traduzido na concretização dos direitos humanos” (Falcão; Menezes; França, 2020 *apud* Cardoso; Souza; Falcão, 2022, p. 3).

Outrossim, debate-se que a própria universidade inibe os seus estudantes de fazerem parte dos projetos ali presentes, dado que não busca superar as barreiras previstas por Sassaki (2009), contrariamente ao conjecturado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146 de 2015). Logo, embora uma das pessoas entrevistadas tenha referenciado uma ação extensionista destinada à temática das PcD, é relutante a ausência de uma proposta integralmente inclusiva.

Nessa esteira, constatou-se que as universidades da cidade universitária investigada, apesar dos reiterados esforços direcionados à inclusão e à acessibilidade, assim como as demais instituições do corpo social, ainda pecam nesse aspecto. Para além disso, um dos resultados discutidos foi que, quando um projeto de extensão se atenta apenas em tratar sobre temáticas próprias das PcD e não há a participação dessa parcela social no cerne de sua organização, necessariamente não é encontrada uma verdadeira inclusão, conforme ilustrado pelo seguinte relato da pessoa entrevistada n.º 2:

[...] como integrante da comunidade de PcD, observei que, para alguns casos, não tinha a preocupação de ser acessível. A respeito disso, percebi que, para deficientes auditivos, o projeto não se preocupou em disponibilizar intér-

pretes de libras nas reuniões. [...] Além disso, todas as apresentações utilizavam de slides para a exposição e os apresentadores não descreviam os conteúdos ali presentes, excluindo assim qualquer [pessoa com] deficiência visual que poderia estar presente (Entrevista de elaboração própria, 2024).

Em contrapartida, outras ações que incluem estudantes com deficiência em sua comissão, e não abordam essencialmente assuntos correlatos, podem representar verdadeiras exceções e ser ainda mais eficientes, com fulcro na afirmação da pessoa entrevistada n.º 1: “Todos os projetos que eu participo tentam se adequar a minha deficiência, então eu nunca deixei de participar de nenhuma atividade por ser PCD [sic]” (Entrevista de elaboração própria, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de rememoração, compreende-se que a extensão universitária, expressa na figura das ações de extensão, é vital para o estabelecimento de uma comunicação direta e efetiva da universidade para com a comunidade na qual está inserida. Sob essa ótica, é indubitável reforçar a importância das ações extensionistas para a inclusão e a acessibilidade de estudantes com deficiência, as quais contribuem para o progresso das relações sociais.

Diante desse panorama, urge a concepção de soluções para o enfrentamento da ausência de PcD na constituição de ações de extensão e nas suas funções de decisão, o que “[...] exigirá que o desenho curricular contemple as possibilidades de adequações e diferenciações das propostas pedagógicas ofertadas no âmbito das universidades” (Anache; Cavalcante, 2018, p. 117). Para tanto, evidencia-se, enquanto medida de mitigação da exclusão social elucidada, a elaboração de processos seletivos mais inclusivos para

a admissão em ações extensionistas, como a realização de entrevistas presenciais, a presença de intérprete de Libras, o fácil acesso ao local, a utilização de perguntas transparentes e sem margem para a dupla interpretação e, em casos de pessoas não verbais, a adoção de comunicação alternativa, tal qual as entrevistas por escrito. Adicionalmente, no decorrer das atividades do projeto, também é primordial a extinção das barreiras sociais citadas por Sasaki (2009), bem como pela Lei n.º 13.146 de 2015.

Concomitantemente, visualiza-se a urgência de uma formação docente anticapacitista, visto que o vigente sistema educacional é limitado, “seja pela a [sic] crença equivocada sobre a inferioridade dos discentes com deficiência, seja pela necessidade de mudar suas práticas pedagógicas [...] para investir no desenvolvimento das potencialidades dos discentes” (Silva; Andrade, 2019, p. 3). Devido

a essa mentalidade ainda capacitista, é válida a mudança na cultura dos docentes mediante o ingresso de pessoas com deficiência nos projetos de extensão, os quais costumam apresentar obstáculos desde o início do processo seletivo. Por conseguinte, é perceptível um descaso considerável em relação a esse grupo, manifestando-se pela desqualificação de sua capacidade intelectual.

Em suma, a responsabilidade social da universidade, tal como a da sociedade em geral, não se encerra com a mera construção de rampas, a destinação de banheiros e estacionamento para as PcD e o fomento das ações afirmativas. É indispensável a implementação de políticas públicas voltadas não somente ao ingresso de pessoas com deficiência ao ensino superior, mas também à permanência – por meio de projetos de extensão, por exemplo – e eventual conclusão dos estudos por parte dessa parcela social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues. Tipos de acessibilidade. **Instituto Inclusão Brasil**, [S.l.], 2019. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/tipos-de-acessibilidade/>. Acesso em: 17 mar. 2024.

ANACHE, Alexandra Ayach; CAVALCANTE, Lysa Duarte. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, n.º especial, p. 115-125, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392018042>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. Trad. Edson Bini. São Paulo: Grupo Editorial Edipro, 2018.

BARBOSA, Rui. **Oração aos Moços**. Edição popular anotada por Adriano da Gama Kury. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

BARROSO, Luís Roberto. Os papéis das supremas

cortes e tribunais constitucionais nas democracias contemporâneas. In: BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. p. 479-500.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002.**

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 17 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012.**

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 17 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015.**

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018.**

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>. Acesso em: 16 mar. 2024.

BRASIL. Secretaria de Acessibilidade e Inclusão - SAI/UFF. **Alunos PcD por cidades - UFF.** Niterói: Secretaria de Acessibilidade e Inclusão - SAI/UFF, 2024. Disponível em: <https://sensibiliza.uff.br/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (2ª Turma). **Recurso Especial n.º 586.316 (2003/0161208-5).** Recorrente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Recorrido: Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABRIA). Relator: Ministro Herman Benjamin. Data de julgamento: 17 abr. 2007. Data de publicação: 19 mar. 2009. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/4092403>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CARDOSO, Vinicius Alves; SOUZA, Elivana Vieira de; FALCÃO, Giovana Maria Belém. Inclusão de pessoas com deficiência na UECE: mapeando ações e projetos de Extensão. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza: v. 3, n.º 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/>

<view/8884/8051>. Acesso em: 19 abr. 2024.

DIVERSITY is Being Invited to the Party: Inclusion is Being Asked to Dance. [S.l.], 2015. 1 vídeo (23min16s). Publicado pelo canal AppNexus. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9gS2VPukB3M>. Acesso em: 18 mar. 2024.

HARDING, Sandra. **The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies.** 1. ed. New York: Routledge, 2004. 379 p.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior de 2022.** Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 18 mar. 2024.

LIMA, Mariete Ximenes Araújo; NETO, Marcário Neri Ferreira Neto; POMPEU, Randal Martins. Projeto de extensão no ensino superior como prática de responsabilidade social. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional - Regae**, Santa Maria, v. 9, n.º 18, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4718/471864018010/html/>. Acesso em: 17 mar. 2024.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública.** 2. ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2008.

MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **O Novo Direito Privado e a Proteção dos Vulneráveis:** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 96-118.

MORIN, Edgar. **O caminho para o futuro da Humanidade.** [S.l.], 2018. 1 vídeo (18min52s). Publicado pelo canal TV PESQUISA. Disponível em: <https://youtu.be/j04f4rUqREg?si=aQztmHzLNQk0fbyt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

OLIVEIRA, Ana Luiza de Mendonça; RESENDE, Marineia Crosara de. Oficinas vivenciais: reflexões sobre direitos humanos de pessoas com deficiências.

Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, vol. 21, n.º 2, p. 295-301, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121118>. Acesso em: 28 jun. 2024.

Recebido em: 16.04.2024

Revisado em: 27.06.2024

Aprovado em: 10.07.2024

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha; MAGALHÃES, António Manuel. Política de responsabilidade social na universidade: conceitos e desafios. **Revista Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, v. 42, p. 133-156, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.34626/esc.vi42.285>. Acesso em: 28 jun. 2024.

RODRIGUES, Daniela da Silva. "Nada sobre nós, sem nós" – reflexões sobre o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. **UnB Notícias**, Brasília, 2023. Opinião. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/7015-nada-sobre-nos-sem-nos-reflexoes-sobre-o-dia-internacional-das-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, a. 12, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 17 mar. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, [S. l.], n. 58, p. 20-30, set./out. 2007. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s2.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SILVA, Bruno Santana da; ANDRADE, Adja Ferreira de. Como docentes da UFRN abordaram o tema deficiência em pesquisa e extensão dez anos antes das cotas? **Revista UFSM Educação**, Santa Maria, n.º 44, p. 1-35, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644432632>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SILVA, Lara Ferreira; OLIVEIRA, Luizir de. O Papel da Violência Simbólica na Sociedade por Pierre Bourdieu. **Revista FSA**, Teresina, v. 14, n.º 3, p. 160-174, maio/jun. 2017. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1342/1249>. Acesso em: 20 mar. 2024.

UFF – Universidade Federal Fluminense. Perguntas mais frequentes. **O que é a Extensão?** Niterói, [s.d.]. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=faq/o-que-e-extensao>. Acesso em: 17 mar. 2024.

APÊNDICE A Íntegra da primeira entrevista realizada pela plataforma Google Formulários (2024)

27/04/2024, 18:01

Relato de Experiência de estudantes com deficiência da Cidade Universitária de Macaé - RJ

Relato de Experiência de estudantes com deficiência da Cidade Universitária de Macaé - RJ

Este presente formulário foi elaborado [REDACTED] com o objetivo de investigar a experiência de estudantes com deficiência nos Projetos de Extensão em andamento na Cidade Universitária de Macaé - RJ. Conjuntamente, busca-se mapear e investigar a atuação de Ações Extensionistas que discutem temáticas voltadas às pessoas com deficiência. Nesse sentido, tais informações poderão integrar as fundamentações teórica e estatística de um artigo a ser submetido ao dossiê "Contribuições da Extensão para a inclusão de pessoas com deficiência", da Revista UFF & Sociedade.

E-mail *

[REDACTED]

Qual é o seu nome e número ou e-mail para contato? E qual curso e Projeto de Extensão que *
você integra?

[REDACTED]

Qual é a temática abordada pelo Projeto de Extensão que você participa? *

LITS - É um projeto de extensão que trabalha em conjunto com os moradores do pds , Osvaldo de oliveira, para construção de uma casa de farinha, o projeto desenvolve muitas coisas, EFA - Nós somos uma equipe de competição de barco movido a energia fotovoltaica e nossa parte de extensão atua nas escolas aproximando a física teórica da prática, e a CPAI - é uma comissão que auxilia os alunos com deficiência da UFRJ Macaé, apesar de não ser extensão, eu citei pelo fato da gente promover oficinas e palestras dentro da UFRJ para falar sobre o tema, a última foi uma oficina sensorial, onde vários alunos sem deficiência puderam vivenciar os desafios de um aluno com deficiência

27/04/2024, 18:01

Relato de Experiência de estudantes com deficiência da Cidade Universitária de Macaé - RJ

Há acessibilidade e inclusão neste Projeto de Extensão? *

Sim

Não

Quais as dificuldades relacionadas a sua deficiência/transtorno que você enfrenta para a permanência no Projeto de Extensão? *

Todos os projetos que eu participo tentam se adequar a minha deficiência, então eu nunca deixei de participar de nenhuma atividade por ser PCD.

Qual seria a sua sugestão para a solução dessa barreira enfrentada? *

.

Fique a vontade para deixar algum comentário adicional.

.

Agradecemos pela contribuição!

Este formulário foi criado em Universidade Federal Fluminense.

Google Formulários

APÊNDICE B Íntegra da segunda entrevista realizada pela plataforma Google Formulários (2024)

27/04/2024, 16:21

Relato de Experiência de estudantes com deficiência da Cidade Universitária de Macaé - RJ

Relato de Experiência de estudantes com deficiência da Cidade Universitária de Macaé - RJ

Este presente formulário foi elaborado [REDACTED] com o objetivo de investigar a experiência de estudantes com deficiência nos Projetos de Extensão em andamento na Cidade Universitária de Macaé - RJ. Conjuntamente, busca-se mapear e investigar a atuação de Ações Extensionistas que discutem temáticas voltadas às pessoas com deficiência. Nesse sentido, tais informações poderão integrar as fundamentações teórica e estatística de um artigo a ser submetido ao dossiê "Contribuições da Extensão para a inclusão de pessoas com deficiência", da Revista UFF & Sociedade.

E-mail *

[REDACTED]

Qual é o seu nome e número ou e-mail para contato? E qual curso e Projeto de Extensão que *
você integra?

[REDACTED]

Qual é a temática abordada pelo Projeto de Extensão que você participa? *

Durante o ano em que participei, o projeto focou na temática sobre pessoas com deficiência, tendo reuniões e debates online com assuntos relacionados ao tema principal.

27/04/2024, 16:21

Relato de Experiência de estudantes com deficiência da Cidade Universitária de Macaé - RJ

Há acessibilidade e inclusão neste Projeto de Extensão? *

Sim

Não

Quais as dificuldades relacionadas a sua deficiência/transtorno que você enfrenta para a permanência no Projeto de Extensão? *

Em relação a minha deficiência, não enfrentei nenhum desafio para permanência.

Qual seria a sua sugestão para a solução dessa barreira enfrentada? *

.

Fique a vontade para deixar algum comentário adicional.

Como eu disse, em relação a minha deficiência, eu não enfrentei nenhum desafio para acesso e permanência no projeto.

No entanto, marquei a opção "não", na pergunta sobre acessibilidade, pois, como integrante da comunidade de PcD, observei que, para alguns casos, não tinha a preocupação de ser acessível. A respeito disso, percebi que, para deficientes auditivos, o projeto não se preocupou em disponibilizar intérpretes de libras nas reuniões. Embora a plataforma usada para os encontros tenham legendas (transcrição de áudio), essas são falhas e muitas vezes não transcrevem toda a fala do orador. Além disso, todas as apresentações utilizavam de slides para a exposição e os apresentadores não descreviam os conteúdos ali presentes, excluindo assim qualquer deficiência visual que poderia estar presente.

Agradecemos pela contribuição!

Este formulário foi criado em Universidade Federal Fluminense.

Google Formulários